



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0017322-67.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Cobrança**  
 Requerente: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Multiplo**  
 Requerido: **Sergio Carlos Eugeni**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 1.728/12

Vistos, etc.

HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra SERGIO CARLOS EUGENI, também qualificado, alegando tenha firmado com o requerido, contrato denominado *crédito parcelado*, sob nº 09590688217, com prazos, valores e condições devidamente estipulados em referida cártula. Ocorreu que o requerido não cumpriu com suas obrigações contratuais, na medida em que não arcou com o pagamento dos serviços e créditos colocados à sua disposição, gerando o débito vencido e não resgatado no valor de R\$20.377,34 (*vinete mil trezentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos*), atualizado até 20/07/2012, conforme planilha em anexo.

Assim, esgotados os meios amigáveis de recebimento, ajuizou a presente ação, requerendo fosse o requerido condenado ao pagamento de referida quantia, devidamente atualizada, acrescida de juros e cominações contratuais, além das verbas de sucumbência.

O réu, regularmente citado, deixou de oferecer resposta, quedando-se inerte (*fls.* 49). O autor, então, pugnou pelo julgamento antecipado da ação e pela aplicação dos efeitos da revelia, nos termos do art. 319, do CPC.

É o relatório.

DECIDO.

A causa envolve questão patrimonial, de modo que é de rigor sejam aplicados os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, pois que assim consignado no mandado de citação.

Aplica-se, pois, o disposto no art. 319, do CPC, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, pois que assim consignado no mandado de citação e porquanto a causa envolva questão patrimonial.

Consigna-se, no entanto, que a despeito dos pedidos contidos na petição inicial, de que ao valor da dívida sejam observados acréscimo de juros de mora de 1% ao mês, cominações contratuais, custas processuais e honorários advocatícios, a conta apresentada às fls. 32/35, limita-se à aplicação de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 12,0% ao ano.

Valha-nos considerar ainda que *o critério de cálculo após o ajuizamento da execução é com base na Lei n. 6.899, de 1981* (Ap. n. 716.227-2 – 7ª Câmara. 1º TACSP – v. u. -



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ROBERTO MIDOLLA, Relator) <sup>1</sup>, atento a que, “*superada a etapa de liquidação, passou-se ao processo de execução por quantia certa, quantia que somente poderá ser acrescida dos juros e correção monetária*” (RE n. 6.974/SP – STJ - Relator o Min. ATHOS GUSMÃO CARNEIRO) <sup>2</sup>. Ou seja: admitir-se-á, após o ajuizamento da ação, o mesmo acréscimo de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês.

Sucumbindo, cumprirá ao réu arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu, SERGIO CARLOS EUGENI, a pagar ao autor, HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO, a importância de R\$ R\$20.377,34 (*vinete mil trezentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 25 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> JTACSP - Volume 168 - Página 79.

<sup>2</sup> JTACSP - Volume 168 - Página 79.